

George Reid Andrews**

* A pesquisa em que se baseou este trabalho foi realizada com o financiamento do Fulbright Program e do Social Science Research Council (EUA). Traduzida do original em inglês "Black political protest in São Paulo, Brazil, 1888-1988" por Carlos Alberto Medeiros. Recebido para publicação em junho de 1991.

** Professor do Departamento de História da Universidade de Pittsburgh.

Começando nas próprias origens do Brasil como nação e continuando até hoje, a relação entre raça e política nesse país tem sido próxima e integral.¹ A política do Estado português fez da escravidão negra a base da organização social e econômica do Brasil durante três séculos de regime colonial. Essa base se manteve mesmo depois da independência, com o resultado paradoxal de que o Brasil se tornou "o último país cristão a abolir a escravidão e o primeiro a se proclamar uma democracia racial".² Talvez em nenhuma situação a relação entre raça e política no Brasil seja mais evidente do que no conceito de "democracia racial", que caracteriza as relações raciais desse país numa terminologia explicitamente política.³

Este artigo examina algumas relações entre raça e política no Brasil, discutindo quatro momentos da história da mobilização política dos negros. Geograficamente, o artigo focaliza o estado de São Paulo, que na época da abolição, 1888, abrigava a terceira maior população escrava no país – atrás apenas dos vizinhos

Minas Gerais e Rio de Janeiro – e que se tem constituído num centro de ação política dos negros desde a década de 1880 até os dias de hoje.⁴ Cronologicamente, está concentrado na luta pela abolição final da escravatura, na década de 1880; na ascensão e queda da Frente Negra Brasileira, na década de 1930; na organização dos negros durante a Segunda República; e na onda mais recente de protestos negros, desde a metade dos anos setenta até 1988.

O objetivo deste exercício é duplo.

Em primeiro lugar, colocar esses momentos de mobilização negra numa estrutura temporal secular nos permite vê-los não como episódios isolados, mas como capítulos de uma história de longo prazo, e em desenvolvimento, do protesto e da luta dos negros no Brasil.

Em segundo lugar, este artigo procura relacionar a história do protesto negro com a história das relações Estado-sociedade no Brasil nos últimos cem anos.

Trabalhos recentes nessa área indicam o modo como o caráter e a estrutura institucio-

nal do regime no poder em qualquer momento dado têm influenciado diretamente as estruturas organizacionais, através das quais as forças populares, inclusive os afro-brasileiros, se mobilizaram para se afirmar na política.⁵

Ao mesmo tempo, movimentos originados na sociedade civil têm tido impactos recíprocos significativos nas políticas e instituições do Estado, ajudando a levar adiante as repetidas transições de regime que o Brasil vem experimentando desde 1889: da monarquia (1822-1889) para a república oligárquica (1891-1930), para a ditadura corporativista (1930-1945), para a república populista (1946-1964), para a ditadura militar (1964-1985) e para a Terceira República. A história do protesto negro é mais um aspecto da dialética Estado-sociedade, embora um aspecto cuja importância tem variado substancialmente ao longo do tempo: alta na década de 1880, baixa na primeira metade do século XX, aumentando depois nas décadas de 1970 e 1980.

MOMENTO 1: O IMPÉRIO E A ABOLIÇÃO

Como reflexo das tensões entre o Estado colonial e as elites locais que produziram a independência, o Império brasileiro dividiu o poder político entre uma monarquia nacional centralizadora e as elites fundiárias provinciais.⁶ A política imperial serviu, na maior parte, como apoio aos proprietários de terras e a suas necessidades, mas inevitavelmente surgiram conflitos entre a monarquia e as oligarquias regionais que se viram negligenciadas ou efetivamente prejudicadas pelas políticas adotadas. Nas últimas décadas do Império, o mais sério desses conflitos girou em torno da instituição da escravidão. E, na medida em que esse conflito atingia o seu clímax, foi cada vez mais tomando a forma de um confronto entre os fazendeiros proprietários de escravos e um movimento abolicionista popular tacitamente apoiado por uma monarquia cujas iniciativas

políticas haviam efetivamente arruinado, com o passar do tempo, a instituição escravista.

Durante a primeira metade do século, o Império resistiu aos esforços dos ingleses para extinguir o tráfico de escravos através do Atlântico. À altura de 1851, contudo, a monarquia havia revertido o seu curso, passando a perseguir efetivamente os traficantes de escravos, política que em questão de meses eliminou o tráfico.⁷ No final da década de 1860, o imperador Pedro II expressava publicamente o apoio à idéia de uma libertação gradual e indenizada dos escravos da nação e instruiu seu Conselho de Estado a examinar os meios de se fazer isso. O resultado foi a Lei Rio Branco, de 1871, que determinou a libertação de todos os escravos de propriedade da nação, a libertação futura (na maioria das vezes) de todas as crianças nascidas de mães escravas depois de 28 de setembro de 1871 e a compra da liberdade dos outros escravos através de um fundo de emancipação administrado pelo Estado.⁸

A Lei Rio Branco foi um instrumento de compromisso que previa a extinção final da escravidão, mas à custa de manter o trabalho forçado no Brasil até o século XX.⁹ A abolição imediata e definitiva era uma impossibilidade política num parlamento dominado pelos interesses dos proprietários de escravos. E a probabilidade dessa abolição foi ainda mais reduzida em 1881 devido a uma impetuosa reforma eleitoral forçada pelos interesses dos fazendeiros, temerosos dos perigos representados por um eleitorado em expansão cujo controle se mostrava, para eles, cada vez mais difícil. De um só golpe, a população votante foi reduzida de um milhão de homens adultos para menos de 150 mil, reforçando efetivamente o controle das classes proprietárias sobre a política brasileira.¹⁰

Para que a escravidão pudesse ser eliminada antes da virada do século, o esforço deveria vir de fora do sistema político formal – e foi precisamente isso que aconteceu. Imediatamente após a reforma eleitoral de 1881, um novo movimento abolicionista, mais radical,

começou a surgir no Rio de Janeiro e em São Paulo, um movimento que defendia a desobediência civil e a resistência pacífica à escravidão, tanto da parte de escravos quanto de pessoas livres. Agitadores abolicionistas, os *caifazes*, circulavam pelas zonas rurais incitando os escravos a abandonarem as plantações e a fugirem para os centros urbanos, onde grupos de abolicionistas lhes forneceriam abrigo e proteção, evitando a perseguição dos capitães-do-mato.¹¹

O abolicionismo radical da década de 1880 gerou uma resposta maciça entre a população escrava, que mostrara, ao longo do tempo, bastante sensibilidade às mudanças nas políticas públicas e oficiais com respeito à escravidão, assim como habilidade em explorá-las. A intensificação do sentimento abolicionista depois de 1860 e a atitude abertamente crítica da monarquia quanto à escravidão haviam induzido um crescente número de escravos a explorar a possibilidade de proteção no sistema da corte imperial, onde não raro encontravam uma recepção simpática. O advogado mulato Luís Gama conseguiu em São Paulo a liberdade para diversos escravos cujas idades indicavam que eles, ou seus pais, haviam sido importados depois da primeira abolição do tráfico, em 1831. Os tribunais também se mostravam receptivos aos escravos que pediam proteção contra os abusos dos senhores. Autoridades do Estado e proprietários de terras enumeravam uma série de fatos ocorridos entre as décadas de 1860 e 1870 nos quais os escravos atacavam seus senhores ou capatazes e depois se entregavam voluntariamente à polícia, alegando legítima defesa e exigindo julgamento.¹²

Tais atos de resistência e os subsequentes recursos à justiça imperial tendiam a envolver indivíduos ou pequenos grupos. Só na década de 1880 é que os abolicionistas radicais começaram a ter um nível de apoio público que encorajou os escravos a agirem em massa. Quando se apresentou a oportunidade para esse tipo de ação, milhares de escravos no estado de São

Paulo aproveitaram a chance, escapando das *plantations*, em 1887 e 1888, num êxodo maciço, não-violento, que nem os fazendeiros nem o Estado se mostraram capazes de interromper.¹³ Na verdade, um momento-chave no processo da abolição ocorreu em outubro de 1887, quando o presidente do Clube Militar solicitou formalmente à monarquia que dispensasse as Forças Armadas da responsabilidade de capturar escravos fugidos, missão que os oficiais rejeitavam por considerarem-na tanto imoral quanto impossível de executar.

O fato de as Forças Armadas terem se retraído da manutenção da escravidão removeu o último impedimento importante à fuga de escravos e foi nesse ponto que os plantadores de café de São Paulo mudaram bruscamente a conduta e abraçaram o “abolicionismo dos fazendeiros”. Quarenta mil escravos – mais de um terço da população escrava da província – foram libertados por seus senhores nos últimos 12 meses de existência da escravidão. Em 13 de março de 1888, a Assembléia Legislativa da província solicitou unanimemente ao parlamento que abolisse essa instituição. À altura do 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, abolindo definitivamente a escravatura em todo o Brasil, os fazendeiros de São Paulo estavam se congratulando por terem antecipado o inevitável e extinto a escravidão “por feito da espontânea resolução dos senhores, sem intervenção dos públicos poderes”, como dizia um relatório da época preparado pelo governo provincial.¹⁴

Como já vimos, contudo, a abolição foi precipitada não pelos senhores, mas pelos escravos. Isso foi claramente percebido pela maioria dos participantes da época. Um francês em visita a São Paulo na virada do século foi informado por seu anfitrião de que a escravidão fora abolida porque “a situação desses proprietários estava ficando difícil; e a disciplina nas *plantations* se tornava impossível. A lei da abolição simplesmente ratificou a já profunda desorganização do trabalho escravo” – uma desorganização produzida, é claro, pe-

los próprios escravos.¹⁵ Um editorial de 1898, comemorando o 10º aniversário da abolição, explicou o acontecimento em termos quase idênticos:

Não fugissem os escravos em massa das fazendas, rebelando-se contra os senhores (...). Não fossem eles, em número superior a vinte mil, para o famoso quilombo de Jabaquara [na periferia da cidade de Santos], e talvez ainda hoje seriam escravos (...). A escravização acabou-se porque o escravo não quis mais ser escravo, porque o escravo revoltou-se contra o senhor e contra a lei que o escravizara (...). A lei de 13 de maio não foi mais que a sanção legal, para o poder não se desmoralizar, de um ato que já estava consumado pela revolta em massa dos escravos.¹⁶

Apesar de os fazendeiros tentarem reivindicar o crédito pela abolição, observadores contemporâneos e subseqüentes reconheceram-na como “uma vitória do povo e – poderíamos acrescentar – uma conquista dos negros livres e escravos”.¹⁷ Descrevendo a abolição da escravatura como “a mais genuína conquista popular” da história brasileira, o *Diário de Campinas* declarou simplesmente que “a Abolição, fê-la o povo”. “Bem raro em nossa terra, o poder executivo é mero executor de um decreto do povo”, refletiu o *Diário Popular*, de São Paulo, em 14 de maio. E, escrevendo quatro anos depois do acontecimento, um editorialista de *O Estado de São Paulo* observou que a opinião popular tendia a atribuir a abolição à decisão da princesa Isabel de libertar os escravos, mas que na verdade ela fora a primeira expressão de democracia da história do país.

Movimento popular, profunda e exclusivamente popular, ramificado por toda a vastidão do nosso país, só temos um na nossa história, e esse é o que em 13 de maio de 1888 teve a sua gloriosa sanção, o seu reconhecimento pelo governo.¹⁸

Pela primeira vez na história brasileira, um movimento político de base havia triunfado contra os interesses oligárquicos. As implicações de tal acontecimento eram literalmente revolucionárias, como mais de um observador notou à época.¹⁹ Ele também alertou os proprietários de terras quanto aos perigos potenciais colocados por uma aliança política entre a monarquia e as massas – uma aliança que fora tácita e informal durante muitas décadas, mas que tomou forma concreta ao fim de 1888 com a criação da Guarda Negra, organização paramilitar de ex-escravos que tinha entre seus porta-vozes o abolicionista mulato José do Patrocínio e cujos membros juraram defender a monarquia contra o republicanismo.²⁰

O Partido Republicano foi criado em 1870 por cafeicultores de São Paulo, em parte como reação às ameaças representadas pelos apelos de dom Pedro II por uma abolição gradual.²¹ Agora, a realidade da abolição e as exigências adicionais, por parte dos abolicionistas, de reforma agrária, concessão de terras a ex-escravos e “democratização do solo” isolavam ainda mais a elite fundiária e empurravam um número crescente de seus membros para as fileiras republicanas. Como um jornal do Rio observou à época, “o pacto entre o regime monárquico e as classes que antigamente o defendiam e sustentavam foi destruído” pela abolição.²² Os republicanos de São Paulo estavam agora conspirando ativamente com membros descontentes do oficialato para derrubar a monarquia. E quando as Forças Armadas deram o golpe, apenas um ano e meio depois da abolição, os proprietários de terras se mantiveram à parte ou comemoraram ativamente a queda do Império.

O único evento que poderia ter salvo a monarquia seria a formação de um novo pacto político no qual as massas rurais e urbanas substituísem os proprietários de terras como base de apoio político da monarquia. Decerto tal apoio não faltava. Diversos historiadores observam que, em grande parte por causa da abolição, a popularidade da monarquia estava

no seu maior pico em 1889 e o sentimento monarquista continuou forte entre os pobres e trabalhadores brasileiros até mais tarde, em pleno século XX.²³ Dada a estrutura institucional do Império, contudo, provou-se ser impossível nesse momento tardio trazer para o sistema político, como base de sua sustentação, o grosso da população, que não fazia parte da elite. O Império se baseara no princípio de ou excluir da participação política os que estavam à margem da elite ou admiti-los somente sob condições de estreito controle. Em tal ambiente político, foi pouco menos que um milagre a escravatura ter sido derrubada por um movimento político com base nas massas. E, uma vez que o objetivo desse movimento fora alcançado, dificilmente poderia surpreender que o abolicionismo “carecesse dos meios de reprodução política” e se mostrasse incapaz de sustentar a si mesmo ou ao sistema político sob o qual havia triunfado.²⁴ Tampouco surpreendeu que o experimento constitucional do Brasil que se seguiu, a Primeira República, se estruturasse de maneira a impedir que jamais um movimento popular pudesse representar ameaça tão direta aos interesses das elites.

MOMENTO 2: A PRIMEIRA REPÚBLICA, VARGAS E A FRENTE NEGRA BRASILEIRA

“O império dos fazendeiros (...)”, observa o historiador Sérgio Buarque de Holanda, “só começa no Brasil com a queda do Império.”²⁵ Reagindo à concentração da autoridade imperial nas mãos do monarca, a Constituição republicana de 1891 estabeleceu uma estrutura federativa descentralizada na qual os governos estaduais detinham substancial autonomia. O controle desses governos, bem como do Congresso, pelas elites era assegurado por níveis de sufrágio inferiores aos que haviam sido atingidos durante a maior parte do Império (ou seja, até 1881). O resultado, como observou à época o historiador Pierre Denis, foi um sistema em que

o povo soberano, antes de delegar sua soberania aos seus representantes, confia à classe dominante o dever de supervisionar suas funções eleitorais. Os grandes proprietários de terras escolhem os candidatos, e suas instruções são geralmente obedecidas. Eles formam a estrutura, o esqueleto, de toda a política partidária; são seu sustentáculo, sua própria vida; são eles que governam e administram o Brasil.²⁶

Na República, como no Império, mais uma vez a oposição popular foi exercida fora dos canais institucionais do Estado, estreitamente controlados, através de variadas formas. Uma delas foi uma série de rebeliões e distúrbios de rua, freqüentemente com fortes tonalidades monarquistas, que ocorreram tanto no interior do Brasil rural quanto no Rio de Janeiro, capital da República, entre 1897 e 1916.²⁷ Uma segunda forma de resistência à República foi o movimento operário, que, entre 1917 e 1920, submeteu o Rio e São Paulo a diversas greves gerais e promoveu uma infrutífera revolta anarquista na capital federal.²⁸ Uma terceira forma de protesto foi a “revolta dos tenentes” na década de 20 – o chamado “Tenentismo” –, liderada por jovens oficiais descontentes com a corrupção e a estagnação da República. Essas três primeiras revoltas foram reprimidas com sucesso pelo governo.

Em 1930, uma revolta também liderada por oficiais – agora com o apoio das elites agrárias do Sul e do Nordeste, que se sentiam deslocadas do poder político nacional pelas de São Paulo e Minas Gerais – finalmente logrou êxito. Com esse apoio civil, a quarta revolta tenentista pôs fim à Primeira República e introduziu uma nova era na política brasileira, dominada pelo líder civil da chamada “Revolução de 1930”, Getúlio Vargas.²⁹

Os negros tinham uma razão particular para se juntarem à agitação contra a República. Além de favorecer abertamente a classe dos fazendeiros, cujos interesses estavam em conflito direto e freqüente com os dos

recom-libertos, a República havia abraçado as doutrinas do racismo científico e do darwinismo social e lançara o Brasil numa campanha nacional destinada a transformá-lo de colônia atrasada em "belle époque tropical", uma sociedade europeia transplantada para os trópicos. Parte importante dessa campanha nacional era uma tentativa consciente de substituir a população mestiça brasileira por uma população "branqueada" e "fortalecida" por imigrantes europeus. O governo federal fez da promoção da imigração europeia um de seus principais objetivos em matéria de políticas públicas, e o governo de São Paulo investiu milhões de dólares num programa destinado a trazer europeus para o estado, subsidiando suas passagens marítimas até Santos.³⁰

Assim, os afro-brasileiros se encontravam excluídos seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e a outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da "teoria do branqueamento"; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.³¹ Particularmente em São Paulo, essa exclusão racial se estendia também aos vários movimentos de oposição. Embora alguns membros do movimento operário tenham feito algum esforço para atrair os afro-brasileiros, o domínio do movimento por imigrantes tendia a ter um efeito desencorajador da participação negra.³² E, quando membros descontentes das classes média e agrária se juntaram, em 1926, para criar o Partido Democrático, não fizeram esforço algum para trazer afro-brasileiros para suas fileiras, nem trataram de qualquer das questões de caráter racial levantadas pela ativa imprensa negra dos anos vinte.³³

A negligência por parte tanto de republicanos quanto de democratas em considerar as necessidades da população negra do estado levou membros da classe média negra de São Paulo a pensar na possibilidade de ingressar na política paulista por meio de um partido ou

movimento racialmente definido. Já em 1925 o principal jornal negro da capital, *O Clarim da Alvorada*, havia pedido "um grande partido político, composto exclusivamente de homens de cor". Em 1929, retornou ao tema, fazendo a pergunta: "o negro deve ser político?", e respondendo com uma forte afirmativa:

*O negro, até a presente data, não teve conhecimento de um só Governador que, em suas plataformas políticas, tivesse colocado uma só linha ao interesse do negro, para que este tenha algum merecimento, além dos que lhe são dispensados nas ocasiões tão-somente de eleições (...). Se conseguíssemos agremiar um só bloco, então o negro veria mudada a sua posição, sem precisar curvar-se, a cada passo, ao mando e vontade de outros.*³⁴

Ao derrubar a República e seu sistema de governo de um só partido, 1930 pareceu abrir portas à realização desse sonho, com os ativistas negros não tardando a responder. Um ano depois e a seguir a uma série de cofícios com bom comparecimento, eles haviam organizado a Frente Negra Brasileira, partido político negro que rapidamente se espalhou pelo estado de São Paulo e até Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul.³⁵

Ao explicar as razões da rápida expansão inicial da Frente, observadores contemporâneos enfatizaram o sentimento generalizado entre os negros sobre as novas oportunidades de participação política criadas pela mudança de regime. Uma reportagem publicada na grande imprensa sobre uma das reuniões de organização da Frente anotou a palpável atmosfera de esperança e expectativa entre os presentes.

A reunião de ontem à noite foi realmente notável, tanto sob o ponto de vista da assistência, que foi vultuosíssima, quanto pelos discursos oferecidos (...). Sente-se visivelmente uma consciência nacional, desper-

tando entre os negros brasileiros, impelindo-os a uma participação mais direta na vida social e política do país.

Recordando anos mais tarde esses encontros, um participante enfatizou os mesmos temas:

*(...) o negro queria participar, pois se sentia como o maior beneficiado daquela revolução. Apeados do poder foram os escravocratas, os homens que sempre espezinhavam os negros. Então era a hora de o negro participar.*³⁶

Mesmo jornais negros relativamente conservadores, como o *Progresso*, que passara a década de vinte tentando minimizar a extensão da discriminação e do racismo na cidade, e exortando seus leitores à moderação e à acomodação, não puderam resistir à atmosfera de excitação.

*Na hora em que o Brasil vai reunir o seu Congresso Constituinte, dando uma nota ao Brasil novo, os homens e mulheres da raça negra devem compreender e batalhar para que nesse Congresso o negro tenha sua representação de seus legítimos irmãos de raça. (...) Homens e mulheres da raça negra, batalhe[m] com ardor para que no alto conselho da nação a voz do negro se levante como uma tuba de guerra impondo ao Brasil, para a raça, os esplendores da Justiça.*³⁷

A reação do público à Frente superou quaisquer expectativas de seus líderes. Em anos posteriores, antigos líderes recordavam sua surpresa ante a efusão de entusiasmo da comunidade, bem como a incerteza deles mesmos sobre como proceder em face dessa reação. Francisco Lucrécio, que aderiu à organização quando tinha vinte e poucos anos, relembra:

(...) a gente já estava agitadíssimo, saímos de lá doentes porque éramos dedicados, éramos fanáticos. Eu na juventude não fazia

outra coisa: estudar, ir para casa e ir para a FNB, não ia a um cinema, não ia a um teatro.

Os jornais paulistas que cobriram a primeira campanha política da organização (em 1932, seu fundador e presidente, Artlindo Veiga dos Santos, candidatou-se a vereador) entrevistaram jovens que haviam trabalhado 48 horas sem descansar, cobrindo a cidade com cartazes de seu candidato.³⁸

A despeito desse prodigioso dispêndio de esforço e energia, a Frente nunca conseguiu eleger um só de seus candidatos nem se tornar fator importante na política paulista. Isso se deveu, em parte, à continuada restrição do direito de voto aos alfabetizados. Além do mais, nos anos trinta, a grande maioria da população negra do estado ainda vivia na zona rural, com seu voto estando sujeito ao estrito controle dos coronéis e proprietários rurais.³⁹

Outra contribuição para a fraqueza política da Frente, contudo, vinha de um processo de conflito político interno e de autodestruição final que reproduziu, num microcosmo, a trajetória mais ampla da política brasileira na década de trinta. Como aconteceu numa série de outras nações europeias e latino-americanas às voltas com a crise econômica da década, a política brasileira polarizou-se entre o movimento de uma frente popular dominada pelos comunistas, a Aliança Nacional Libertadora, e uma variante brasileira do fascismo, o Movimento Integralista, fundado em São Paulo em 1932.⁴⁰

A Frente Negra, de início, tivera o apoio de um amplo espectro de opiniões políticas no interior da comunidade negra, mas alguns meses depois de fundada caminhara para um relacionamento próximo com o integralismo.⁴¹ Ambas as organizações desposavam uma incontrita e impenitente xenofobia, repetidamente denunciando a dominação da vida brasileira pelos estrangeiros, personificados por capitalistas e senhores, além de pela "política estrangeirista ou semi-estrangeirista que mar-

cou o ominoso domínio do PRP". Em seus discursos e publicações, os líderes da Frente pediam uma "dura campanha nacionalista, contra a vaza semi-estrangeira ou toda estrangeira que maquina separatismos, bolchevismos, socialismos e outras coisas mais ou menos canálicas", e exortava o regime de Vargas a trancar "as portas do Brasil por vinte ou mais anos", de modo que os negros pudessem reconquistar sua posição de direito no país.⁴²

A Frente Negra compartilhava com o integralismo um insolente desdém pela democracia liberal e uma aberta admiração pelo fascismo europeu, embora ambas as organizações frequentemente proclamassem rejeitar as filosofias políticas estrangeiras. Num editorial de 1933 saudando a ascensão ao poder de Adolf Hitler, Arlindo Veiga dos Santos congratulou-o por resgatar a Alemanha das mãos do "cosmopolitismo judaico" e do "ópio entorpecente de 14 anos de república liberal democrática". Ensaio publicado no jornal da Frente, *A Voz da Raça*, relatavam em termos altamente positivos os êxitos do nazismo e do fascismo em instalar disciplina e patriotismo em seus povos. Essa admiração pelo autoritarismo estendia-se ao próprio sistema de governo interno da Frente: os dirigentes não eram escolhidos por eleição, mas por diretores incumbidos, e a organização como um todo era policiada por uma "milícia" que tinha como modelo os camisas-verdes integralistas e era comandada por Pedro Paulo Barbosa, dedicado anticomunista e adepto de Mussolini.⁴³

A orientação fascista tanto dos integralistas quanto da Frente refletia as ansiedades das classes média e média baixa de São Paulo, bem como seu medo das poderosas pressões vindas de cima e de baixo. Elas haviam sentido profundamente sua exclusão da política por parte da República dominada pelos fazendeiros e temiam também a feroz competição por empregos, educação e mobilidade ascendente que enfrentavam da parte dos imigrantes europeus e de seus filhos. Muitos reagiam abraçando o nacionalismo e a xenofobia estridentes do in-

tegralismo e rejeitando a democracia liberal, desacreditada pela corrupção e pelas fraudes da República.⁴⁴

A julgar por sua retórica, a liderança de classe média da Frente Negra compartilhava tais sentimentos e frustrações.⁴⁵ Entretanto, a orientação fascista da Frente provou ter uma atração limitada para a população negra como um todo. Na medida em que a organização se aliava mais estreitamente com o integralismo (ela até adotou como seu o lema integralista "pela família, pelo país e por Deus", alterando-o ligeiramente para acrescentar "pela raça"), ela foi perdendo progressivamente o apoio tanto da classe trabalhadora quanto da classe média negra, levando os dissidentes moderados e de esquerda na cidade de São Paulo a criar o Clube Negro de Cultura Social e a pequena Frente Negra Socialista.⁴⁶ A seção da Frente na cidade portuária de Santos cortou os laços com a organização central para entrar numa aliança eleitoral com o Partido Socialista (que, de modo característico, a sede em São Paulo rejeitou como "uma horda de indesejáveis vinda de outros países"). A Frente respondeu a esses dissidentes com fortes ataques em *A Voz da Raça* aos "Judas da sua raça" e enviando sua milícia para destruir os escritórios de um jornal negro que criticava a sua orientação.⁴⁷

Tais conflitos impediram que a Frente atingisse seu objetivo de se tornar uma força política significativa em São Paulo ou qualquer outro lugar do Brasil. E uma polarização esquerda-direita de mesmo tipo, em nível nacional, impediu que o Brasil como um todo realizasse a promessa de 1930 de participação ampliada e de democracia abrangente. Um levante comunista abortado em 1935 e as alegações de um planejado *putsch* integralista levaram Getúlio Vargas, em 1937, a suspender a Constituição e instituir o Estado Novo, uma ditadura corporativista que seguia de perto os modelos do fascismo português e italiano. A Frente saudou o novo regime como "reafirmação de brasilidade" e lhe deu todo o apoio.⁴⁸

Pouco depois foi banida pela lei do Estado Novo que proibiu todos os partidos políticos. Reduzida a um punhado de membros, sobreviveu por vários meses como organização cívica não-política, dissolvendo-se formalmente em maio de 1938, pouco depois do 50º aniversário da abolição.

MOMENTO 3: A SEGUNDA REPÚBLICA

O Estado Novo chegou ao fim com o golpe militar de 1945 e a inauguração, no ano seguinte, da Segunda República. A resultante restauração das liberdades civis e da política partidária pareceu, à primeira vista, abrir as portas à ressurgência do movimento negro. A imprensa negra de São Paulo, que desaparecera durante a ditadura, logo voltou à tona com o aparecimento de *Alvorada*, em setembro de 1945, *Senzala*, em janeiro de 1946, e *O Novo Horizonte*, em maio de 1946. A Convenção Nacional do Negro Brasileiro foi rapidamente reunida na capital do estado um mês após a queda da ditadura, começando o trabalho de criação de uma nova Associação do Negro Brasileiro, e os líderes da comunidade começaram a se preparar para as eleições de 1946.⁴⁹

Todos esses esforços (à exceção dos jornais, que continuaram na década de cinquenta e ganharam a companhia de diversas outras publicações) morreram no nascedouro e nenhum movimento político racialmente definido que se comparasse à Frente Negra apareceu na Segunda República. Em parte, isso se deveu às amargas memórias do fracasso da Frente.⁵⁰ Provavelmente mais importante como explicação desse fato, contudo, foram as mudanças que o país atravessara durante o período Vargas e as diferenças marcantes entre a Segunda República e a Primeira.

O Estado Novo promovera ativamente a industrialização do país, que levou ao rápido crescimento da economia industrial e a um aumento correspondente da força de trabalho.

As políticas de Vargas também haviam imposto um novo sistema de organização da mão-de-obra, mobilizando-a para o ingresso em sindicatos patrocinados pelo Estado e sujeitos ao estrito controle e supervisão por parte do governo. Sob o Estado Novo, esperava-se dos sindicatos que mantivessem alto nível de disciplina nos locais de trabalho e de acomodação entre os trabalhadores fabris e que fornecessem uma sólida base de apoio político ao governo.⁵¹

Esses novos fatos eram particularmente viáveis em São Paulo, o coração da economia industrial brasileira, e tiveram poderosas implicações para a população negra do estado. Os afro-brasileiros haviam sido sistematicamente excluídos das oportunidades criadas pelo crescimento econômico do período 1890-1930, quando os empregos manuais eram dominados pelos imigrantes europeus. Depois de 1930, contudo, as restrições à imigração para o Brasil (parte dos esforços de Vargas para combater a depressão e ganhar apoio entre os trabalhadores brasileiros) combinaram-se à situação na Europa para reduzir em muito a imigração para o país. À medida que se acelerava o crescimento industrial, os afro-brasileiros não tinham mais de enfrentar a competição por empregos com os imigrantes e agora estavam capacitados a começar a entrar na economia industrial e a obter empregos fabris que antes lhes haviam sido negados.⁵²

Esse ingresso de trabalhadores negros na força de trabalho industrial teve consequências políticas diretas. Em primeiro lugar, ao reduzir as antigas barreiras à participação negra na economia industrial, diminuiu consideravelmente o ressentimento entre a população de origem africana. Em segundo lugar, ao filiar os trabalhadores negros ao movimento operário controlado pelo Estado, integrou os afro-brasileiros no sistema político do país de uma forma nova e sem precedentes. Os trabalhadores negros habilitados a votar (o voto ainda se restringia aos alfabetizados, embora essa exigência fosse frequentemente contornada

pelos membros dos sindicatos) eram abertamente cortejados pelos partidos políticos de base trabalhista que competiam pelo poder na nova República. O Partido Comunista, o Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas, e, em São Paulo, o Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros – cada um deles, e mais o movimento operário, do qual tiravam seu apoio, estava buscando agressivamente o apoio dos negros e dando boas-vindas aos eleitores negros nas suas fileiras.⁵³

A receptividade dos partidos populistas aos eleitores negros reduziu substancialmente o sentimento, na comunidade negra, em favor de uma atividade política segundo a linha da Frente Negra. O resultado foi que, no período 1946-1964, as organizações tiveram uma orientação exclusivamente cultural, focalizando-se na alfabetização e outros projetos educacionais, no patrocínio de atividades nas áreas literária, teatral e artística, e assim por diante. De fato, a principal organização negra em São Paulo durante esses anos, em termos de número de associados e de penetração, demonstrava essa orientação no próprio nome: a Associação Cultural do Negro, fundada em 1954 pelo jornalista Geraldo Campos de Oliveira e que funcionou até o final da década de setenta.⁵⁴

Ao admitir a participação política dos afro-brasileiros, as instituições populistas da Segunda República reduziram grandemente a percepção da necessidade de um movimento político negro, racialmente distinto. Na medida em que essas instituições com base na classe social foram se afirmando na política brasileira, contudo, provocaram rígida oposição da parte das elites e de parcela substancial da classe média, ambas as quais se sentiam crescentemente ameaçadas pelas exigências e pelo poder dos partidos populistas. Essa oposição culminou com o golpe militar de março de 1964, que pôs fim à Segunda República e inaugurou um período de 21 anos de ditadura militar.

MOMENTO 4: A REDEMOCRATIZAÇÃO E O MOVIMENTO NEGRO MODERNO

Durante os anos em que estiveram no poder, os militares tentaram reestruturar o Brasil, tanto política quanto economicamente: substituir a democracia "irresponsável e corrupta" da Segunda República por instituições reformadas, menos vulneráveis aos excessos populistas; e, do ponto de vista econômico, fazer o Brasil caminhar adiante na via da industrialização e da modernização em que havia adentrado no período Vargas e prosseguido na Segunda República.

Os oficiais obtiveram considerável sucesso no segundo aspecto. A média de crescimento econômico foi de 10% nos anos do *milagre*, de 1968 a 1974, e, à altura de 1980, o produto industrial brasileiro era o sétimo no mundo capitalista.⁵⁵ Entretanto, os benefícios da expansão econômica foram fortemente mal distribuídos, convergindo desproporcionalmente para as classes alta e média (os 20% no topo da pirâmide) e desviando-se da classe trabalhadora, que viu o valor real do salário mínimo encolher entre 50% e 60% em relação ao poder de compra que tinha no final dos anos cinquenta.⁵⁶ Mesmo no interior da classe média, os benefícios do crescimento econômico não foram de maneira alguma igualmente distribuídos.

De forma muito semelhante ao que ocorrera com seus avós nas primeiras décadas do século, embora agora num nível diferente da economia, os negros com curso secundário e superior procurando empregos não-manuais e em profissões liberais na afluyente economia de São Paulo viam-se relegados às posições menos desejáveis ou mesmo rejeitados de todo. A evidência inicial da existência de barreiras raciais no mercado de trabalho não-manual era amplamente eventual, mas os dados colhidos pelo governo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976 mostraram claramente que a exclusão racial não era um

fenômeno aleatório, confinado a indivíduos isolados. Esses dados demonstraram de maneira conclusiva a existência de desigualdades raciais em todos os níveis da força de trabalho, e desigualdades particularmente graves na área dos empregos não-manuais e em profissões liberais. Ademais, esses dados indicavam que, quanto maior o nível de instrução atingido pelos afro-brasileiros, maior a disparidade, tanto em termos absolutos quanto percentuais, entre os salários que eles e seus competidores brancos com o mesmo nível de treinamento estavam recebendo.⁵⁷

Antes mesmo de essas descobertas virem a público, uma nova geração de afro-brasileiros, muitos deles com um ou mais anos de estudos universitários, estava começando a organizar um novo movimento negro em resposta à exclusão econômica e política que experimentavam sob a ditadura. Esse movimento, mais nitidamente simbolizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU), criado em São Paulo em 1978, era consideravelmente mais militante que qualquer um de seus predecessores, refletindo em parte a influência de seus modelos estrangeiros – os movimentos de libertação nacional nas colônias portuguesas na África e os movimentos de direitos civis e de poder negro nos Estados Unidos – e em parte a orientação fortemente esquerdista da maior parte da oposição à ditadura, especialmente no Sudeste brasileiro.⁵⁸

Esse novo movimento dos anos setenta e oitenta foi, em grande medida, a expressão da frustração entre os afro-brasileiros em ascensão social que viram negada sua admissão ao *status* de classe média a que faziam jus pelo grau de instrução e pelas qualificações. Seus ativistas trabalharam duro para obter apoio nas favelas da periferia urbana, mas sua retórica e aspirações muitas vezes pareciam um tanto distantes da vida dos negros pobres e de classe trabalhadora, que enfrentavam os problemas imediatos e esmagadores da pobreza, do crime e da fome.⁵⁹ No entanto, a despeito das dificuldades em atrair uma massa de se-

guidores, o movimento negro exerceu impactos importantes na vida brasileira durante a década de oitenta, obtendo um grau de influência política totalmente fora de proporção com o número de seus membros e provocando mais respostas do Estado na área de raça do que em qualquer outro momento desde 1888.

Parte importante da explicação desse sucesso pode ser encontrada na "reforma partidária" de 1979. Antes disso, a ditadura só havia permitido a existência de um único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Reconhecendo por fim que tal política fornecia o mecanismo perfeito para que seus oponentes juntassem forças, em 1979 o governo liberou a oposição para que retornasse à competição multipartidária. O Movimento Negro Unificado fora fundado apenas um ano antes e, inspiradas pela sua existência, organizações de nível local vinham à luz por todo o Brasil.⁶⁰ Como os recém-criados partidos de oposição estivessem competindo por apoio eleitoral, eles dirigiram particular atenção a esse florescente movimento negro, inserindo princípios anti-racistas em suas plataformas e criando grupos de trabalho e comissões especiais para investigar os problemas raciais no Brasil.

Essa competição interpartidária pelo apoio eleitoral negro foi particularmente visível em São Paulo, onde 54 candidatos afro-brasileiros foram indicados para disputar cargos de nível municipal, estadual e federal nas eleições de 1982.⁶¹ Contudo, refletindo a inabilidade do movimento em mobilizar o apoio das massas, só dois desses candidatos foram eleitos (um deles para a Assembleia Legislativa e o outro para a Câmara de Vereadores). Não obstante, quando o principal partido de oposição, o PMDB, varreu o partido do governo do poder naquele ano, tratou de estabelecer uma nova instituição estatal, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, encarregado, nas palavras do decreto do Executivo que o criou, de "desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e

propor medidas" que visassem "à defesa dos seus direitos, à eliminação das discriminações que a atingem".⁶² Depois das eleições de 1986, em que o PMDB foi novamente vitorioso, instituições antidiscriminação foram criadas nas Secretarias de Educação e do Trabalho, tendo o militante sindical negro Oswaldo Ribeiro sido indicado para dirigir a recém-criada Secretaria Especial de Relações Sociais.⁶³

Essas novas instituições são organizações pequenas, incipientes, ocupando minúsculos nichos na colossal estrutura do Estado brasileiro. Críticos do PMDB e dos ativistas negros associados ao partido prontamente as denunciaram como entidades puramente cosméticas, sem influência política ou significação real.⁶⁴

Vendo tais acontecimentos de uma perspectiva histórica, somos obrigados a discordar. Nunca antes, pelo que conhecemos, um governo estadual ou federal brasileiro jamais contradisse oficialmente a imagem do país como uma democracia racial. Nenhum governo brasileiro jamais deu o passo de criar um grupo de instituições públicas com o interesse de dar publicidade aos temas da discriminação e da desigualdade raciais, bem como de estimular o debate sobre eles. Em 1984, a Secretaria de Cultura iniciou o Projeto Zumbi, um projeto envolvendo um mês de palestras, concertos, exposições de arte, debates públicos e programas de rádio e TV, que tem lugar no mês de novembro. No ano seguinte, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra começou a publicar um jornal bimestral distribuído gratuitamente nos bairros negros e no centro comercial da cidade, assim como panfletos baratos sobre história do negro, literatura negra e problemas raciais no Brasil.⁶⁵ O escritório antidiscriminação da Secretaria do Trabalho focalizou seus esforços nos líderes sindicais e nos administradores da área de pessoal das firmas de São Paulo, tentando alistar ambos os grupos numa campanha para eliminar a discriminação no que se refere à admissão e promoção. E em 1988 o Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros

da Secretaria de Educação produziu 200 mil cópias de uma revista especial sobre o centenário da abolição, distribuída a alunos e professores das escolas públicas de São Paulo e usadas como base para discussões sobre o evento em sala de aula.⁶⁶

Essas iniciativas do Estado combinaram-se com o trabalho de conscientização e de lobby do movimento negro de maneira mais abrangente para estimular um amplo debate e discussão na sociedade brasileira sobre a natureza das relações raciais no país e sobre o grau em que a imagem de democracia racial reflete a realidade das relações raciais. Desenvolvido na mídia impressa e eletrônica, e em foros que iam de escolas primárias a escolas de samba, de universidades prestigiosas a humildes comunidades de base, o debate atingiu uma espécie de clímax nas festividades que marcaram, em 1988, o centenário da abolição, durante o qual o conceito do Brasil como democracia racial foi redondamente criticado.

A Igreja Católica, por exemplo, devotou sua Campanha da Fraternidade, realizada anualmente, ao tema das relações raciais, distribuindo um texto-base que condenava a cumplicidade da Igreja no passado com a escravidão e no presente com a discriminação racial.⁶⁷ O então ministro da Cultura, Celso Furtado, cujo ministério foi responsável pela coordenação das atividades do centenário, declarou claramente que "é falsa a idéia de que há democracia racial no país".⁶⁸ As duas principais revistas de informação do país manifestaram a mesma opinião, *IstoÉ* observando que "parece definitivamente enterrado, entre outros, o mito da 'democracia racial'", enquanto *Veja* descartava implicitamente esse conceito ao abrir sua reportagem de capa sobre o centenário com a observação de que, "passados 100 anos da Abolição, há no Brasil duas cidadanias distintas - a branca e a negra".⁶⁹ Comentários semelhantes apareceram em outras revistas e jornais importantes, e até num espaço inesperado: *The Brazilians*, jornal mensal nacionalista e politicamente de centro publica-

do em Nova Iorque por emigrados brasileiros. Em seu editorial comemorativo do centenário, o jornal fez um exame dos recentes dados estatísticos que documentam a desigualdade racial no Brasil, condenando fortemente sua história de discriminação racial, e saudou "a nova e há muito esperada abertura em se lidar por lá com as questões raciais". Com relação à democracia racial, a atitude dos editores foi expressa sucintamente pelo título do editorial: "Outro mito come poeira" [no original, "Another myth bites the dust", alusão a um sucesso do grupo de rock Queen].⁷⁰

O FUTURO À LUZ DO PASSADO

Nesse mesmo momento, contudo, em que estava redefinindo o discurso nacional sobre raça, o movimento negro dos anos oitenta sofria visível retração, perdendo influência e peso políticos. Tal como a orientação fascista da Frente Negra havia antagonizado seus partidários iniciais nos anos trinta, a militância marxista do Movimento Negro Unificado teve um efeito alienante similar nos anos oitenta. Um dos fundadores do Movimento descreveu em 1984 como o movimento "foi se reduzindo ideologicamente, caracterizando-se como movimento de esquerda (...). Depois de um ano, perdeu militantes e força."⁷¹ Quando o MNU perdeu importância, nenhuma organização comparável apareceu para substituí-lo e, em 1988, a revista *IstoÉ* observava que o movimento negro como um todo estava num estado de "dramática pulverização (...). Dez anos depois do boom dos movimentos negros, boa parte da euforia inicial já se esfumou."⁷²

A origem desse declínio pode ser atribuída, em parte, às pressões, tanto políticas quanto econômicas, que minavam todos os movimentos populares no Brasil por volta da metade dos anos oitenta.⁷³ Entretanto, um exame comparativo dos exemplos de mobilização negra sumarizados neste artigo indica alguns fatores adicionais específicos à história dos mo-

vimentos negros no Brasil. Em todos os quatro casos, militantes de classe média tiveram enormes dificuldades em estabelecer uma ponte entre si mesmos e os negros pobres e de classe trabalhadora a quem buscavam organizar. Essa divergência entre interesses e aspirações de classe média e de classe baixa contribuiu diretamente para o desaparecimento da Frente Negra e foi um dos maiores obstáculos enfrentados pelo movimento negro dos anos oitenta.

A aliança entre escravos e abolicionistas de classe média, tanto negros quanto brancos, na década de 1880, parece constituir, à primeira vista, uma exceção a essa regra geral. Mas os abolicionistas de classe média foram mais importantes, não tanto por fornecerem liderança à população escrava, mas por criarem um clima de opinião pública oposto à escravidão e por oferecerem proteção a escravos fugidos na capital, em Santos e em outras áreas urbanas. A verdadeira liderança dessa fuga em massa coube aos próprios escravos ou aos "caifazes" negros e brancos, cuja origem era predominantemente de classe trabalhadora.⁷⁴ Uma vez ocorrida a abolição, o movimento abolicionista logo se desfez e a classe média negra voltou-se ou para a busca da mobilidade ascendente através do embranquecimento cultural e biológico ou, não conseguindo isso, para um mundo estritamente circunscrito de clubes e festas que excluía os libertos e os membros do proletariado negro. Só depois da década de 1930, quase 50 anos após a abolição, é que seus membros se aventurariam novamente a desempenhar o papel de líderes das massas negras.⁷⁵

Assim, no Brasil como nos Estados Unidos e outras sociedades multirraciais, as divisões de classe no interior da população negra têm colocado um obstáculo importante à mobilização política segundo uma linha racial. Essas divisões podem ocasionalmente ser superadas, contudo, por condições de opressão racial e/ou política suficientemente poderosas para forçar as elites e as massas negras a uma aliança,

mesmo que apenas temporária. Nossos quatro casos indicam que as experiências de mobilização negra que tiveram maior impacto social e político foram aquelas que se desenvolveram sob regimes excludentes e antidemocráticos – e em resposta a formas altamente visíveis de injustiça racial.

O primeiro de tais exemplos, tanto cronologicamente quanto em termos de suas ramificações sociais e políticas, foi a luta contra a escravidão, a mais extrema das formas de opressão racial na história brasileira. Apesar da atitude simpática da monarquia, o abolicionismo foi forçado a se radicalizar e empurrado para fora do sistema político formal pela drástica redução do sufrágio votada pelo parlamento em 1881. O resultado foi um movimento popular com base nas massas que obteve sucesso em destruir a instituição em que a sociedade e a economia brasileiras se haviam baseado por mais de 300 anos. Tal movimento ameaçava profundamente os fazendeiros, que reagiram tirando o apoio da monarquia e substituindo-a por uma Primeira República oligárquica e descentralizada.

Os dois exemplos seguintes de mobilização negra, a Frente Negra e as organizações culturais da Segunda República, tiveram impacto político desprezível. Também ocorreram em períodos de abertura política e de esforços do populismo varguista no sentido de integrar os negros, como parte do proletariado urbano, aos sindicatos dominados pelo Estado e, durante a Segunda República, aos partidos políticos de base sindical. A mobilização racial poderia não ter ocorrido nos anos trinta não fossem a memória recente e a herança concreta de exclusão racial da Primeira República, assim como a permanente hostilidade dos grandes partidos à participação negra. Nos anos quarenta e cinquenta, a integração da população negra à força de trabalho industrial e a criação de novos partidos populistas que buscavam ativamente o apoio negro afastaram a necessidade de um movimento político racialmente definido. Como resultado, a Segunda

República não produziu nenhum movimento político negro comparável aos das décadas de 1880, 1930 ou 1980.

Isso nos traz ao movimento dos anos setenta e oitenta, que teve um impacto na política de Estado e na ideologia racial nacional que só perde para o do abolicionismo na década de 1880. Esse movimento recente surgiu em condições de exclusão política e autoritarismo marcados e formou parte de um protesto mais amplo, abrangendo toda a sociedade, contra a ditadura militar. Respondia especificamente, contudo, à visível exclusão dos negros dos empregos não-manuais e de classe média. Obtendo sucesso onde haviam fracassado os movimentos negros das décadas de trinta, quarenta e cinquenta, o MNU e suas organizações irmãs empurraram as questões da discriminação e das desigualdades raciais para a agenda política nacional e provocaram um amplo debate na sociedade sobre o modo como enfrentá-las. Diversos governos estaduais, e em menor grau o governo federal, comprometeram-se formalmente a combater a desigualdade racial, tendo o estado de São Paulo adotado medidas concretas com esse objetivo.

Concluímos, portanto, que foram os regimes excludentes que tenderam a provocar os exemplos mais efetivos de mobilização política negra.⁷⁶ Os regimes incluídos, em contraste, que procuraram ativamente integrar os afro-brasileiros a suas instituições, reduziram em muito o impulso para a mobilização segundo linhas raciais. Como o Brasil fez a transição da ditadura militar para a democracia eleitoral nos anos oitenta, essa tendência afirmou-se também na Terceira República, enfraquecendo perceptivelmente, e talvez levando ao desaparecimento, o ciclo mais recente de protesto afro-brasileiro.⁷⁷

Como indicam os momentos históricos cobertos por este artigo, contudo, o fim de uma onda de protesto negro sempre se fez seguir, mesmo que depois de um lapso de tempo, do início de outra. E, embora nossa análise indique que os regimes incluídos tendem a gerar

menor mobilização racial, é importante reconhecer que os eventos da década de oitenta alteraram profundamente o discurso nacional sobre raça, tornando-a um tema abertamente político de uma forma nunca antes vista na

história brasileira. Se a raça surgirá como um foco de renovadas lutas nos anos noventa, é algo a conferir; mas pode-se duvidar de que se tenha atingido “o fim da história” no que se refere ao protesto político negro no Brasil.

NOTAS

1. Para um exame dessa relação, ver FREYRE, Gilberto. A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1(1):39-48, 1956; LAMOUNIER, Bolívar. Raça e classe na política brasileira. *Cadernos Brasileiros*, (47):39-50, 1968; SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil moderno. *Revista de Administração de Empresas*, 11(4):61-70, 1971; FONTAINE, Pierre-Michel. Research in the political economy of Afro-Latin America. *Latin American Research Review*, 15(1):111-41, 1980; ANDREWS, George Reid. Race and state in colonial Brazil. *Latin American Research Review*, 19(3):203-16, 1984; FONTAINE, Pierre-Michel (org.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, 1985; SOARES, Gláucio Ary Dillon e SILVA, Nelson do Valle. Urbanization, race, and class in Brazilian politics. *Latin American Research Review*, 22(2):155-76, 1987; Sobre relações raciais no Brasil de maneira mais geral, ver: PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia*. Chicago, 1942; BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 3ª ed. São Paulo, 1971; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo, 1978, 2 vols., e *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, 1972; DEGLER, Carl. *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States*. New York, 1971; MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro, 1977, e *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, 1988; HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1979; ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, 1991.

2. SANTOS, Hélio. O presidente negro. *Veja*. São Paulo, 31 de outubro de 1984, p. 138.

3. Sobre o conceito de democracia racial, ver: AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial*. Petrópolis, 1975; COSTA, Emília Viotti da. The myth of racial democracy: a legacy of the Empire. In: *The Brazilian empire: myths and histories*. Chicago, 1985, p. 234-46; e FERNANDES, Florestan. O mito da ‘democracia racial’. In: *Integração do negro...*, op. cit., vol. 2, p. 249-68.

4. Sobre a organização política dos negros em São Paulo, MITCHELL, Michael. Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo, Brazil. Tese de doutorado não-publicada. Universidade de Indiana, 1979; MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo, 1980, p. 143-75.

5. Ver, por exemplo, GRAHAM, Richard. *Patronage and politics in nineteenth century Brazil*. Stanford, 1990; FRENCH, John D. Industrial workers and the origins of populist politics in the ABC region of Greater São Paulo, Brazil, 1900-1950. Tese de doutorado não-publicada. Universidade de Yale, 1985; e ALVES, Maria Helena Moreira. *State and opposition in military Brazil*. Austin, 1985. Este artigo fornece, assim, apoio adicional à observação de Michael Mitchell de que “os estilos da atividade política negra serão determinados pelo ambiente político prevalente”: MITCHELL, Michael. Blacks and the ‘abertura democrática’. In: FONTAINE, Pierre-Michel. *Race, class and power*, op. cit., p. 96.

6. Sobre a dinâmica política do Império, ver BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford, 1988; GRAHAM, Richard. *Patronage and politics*, op. cit.; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, 1980, e *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, 1988; e BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. 1822-1850, GRAHAM, Richard. 1850-1870, e COSTA, Emília Viotti da. 1870-1889, todos esses três textos in BETHELL, Leslie. (org.). *Brazilian Empire and Republic, 1822-1930*. Cambridge e New York, 1989.

7. BETHELL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade*. Cambridge e New York, 1970, p. 327-59.

8. Os termos da lei, assim como a história da abolição de maneira mais geral, estão em CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888*. Berkeley, 1972; TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York, 1971; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo, 1982, e *A abolição*. São Paulo, 1982.
9. As escravas nascidas antes de 28 de setembro de 1871 ainda estariam em idade de procriar no início da década de 1910. Pela lei de 1871, seus filhos não ganhavam plena liberdade até atingirem a maioridade, no final da década de 1920 – época em que suas mães teriam quase 60 anos e ainda seriam escravas.
10. A reforma e seus efeitos são examinados em GRAHAM, Richard. *Patronage and politics*, op. cit., p. 182-206.
11. Ver trabalhos citados na nota 8.
12. Sobre escravos apelando à Justiça imperial durante esse período, ver AZEVEDO, Maria Célia Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo, 1987, p. 180-99; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo, 1987, p. 114-23; QUEIROZ, Suely Robles de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro, 1977, p. 144-62; CHALHOUB, Sidney. *Slaves, freed men, and the politics of freedom in Brazil: the experience of blacks in the city of Rio*. Comunicação não-publicada apresentada à Conferência sobre o Significado da Liberdade. Greensburg, Pensilvânia, agosto de 1988.
13. A descrição que o abolicionista Rui Barbosa faz das fugas de escravos das *plantations* lembra as táticas e o tom moral do movimento dos direitos civis dos Estados Unidos na década de 1960: “o não-querer dos cativos, esse êxodo glorioso da escravidão paulista, solene, bíblico, divino como os mais belos episódios dos livros sagrados (...)”. Cit. in AZEVEDO, Maria Célia Marinho. *Onda negra...*, op. cit., p. 213, n. 52.
14. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central da Estatística*. São Paulo, 1888, p. 245.
15. DENIS, Pierre. *Brazil*. London, 1911, p. 183.
16. *Rebate*, 3 de junho de 1898, p. 1.
17. COSTA, Emília Viotti da. *Abolição...*, op. cit., p. 94.
18. MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, 1988, p. 86; Liberdade, um compromisso assumido pelo “Diário Popular”. *Diário Popular*, 12 de maio de 1988, p. 5; Dia a dia. *O Estado de São Paulo*, 13 de maio de 1988, p. 1. O presidente José Sarney fez eco a tais julgamentos durante as comemorações do centenário da abolição, quando a escreveu como “a maior campanha cívica que já se fez neste país”. Maestro acusa a bossa nova de racista. *Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 1988, p. 14.
19. Ver, por exemplo, TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition...*, op. cit., p. 239-45.
20. HAHNER, June. *Poverty and politics: the urban poor in Brazil, 1870-1920*. Albuquerque, 1986, p. 71-2. Para relatos alarmistas na imprensa de São Paulo sobre a Guarda Negra, ver: Santos 13. *A Província de São Paulo*, 15 de janeiro de 1889; Guarda Negra. *A Província de São Paulo*, 13 de janeiro de 1889; Contra a Guarda Negra. *A Província de São Paulo*, 30 de janeiro de 1889; Os defensores da rainha. *A Província de São Paulo*, 25 de abril de 1889; Loucos ou ineptos. *A Província de São Paulo*, 9 de maio de 1889; Cartas do Rio. *Diário Popular*, 13 de maio de 1889; Cartas do interior. *Diário Popular*, 22 de maio de 1889.
21. CONRAD, Robert. *The destruction...*, op. cit., p. 94-5.
22. Cit. in STEIN, Stanley J. *Vassouras; a Brazilian coffee county, 1850-1900*. 2ª ed. Princeton, 1985, p. 275. Ver também GRAHAM, Richard. *Landowners and the overthrow of the Empire*. *Luso-Brazilian Review*, 7(2):44-56, 1970; CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras...*, op. cit., p. 78-9.

23. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, 1987, p. 29-31; FREYRE, Gilberto. *Order and Progress: Brazil from monarchy to republic*. New York, 1970, p. 8-9 e 171; CHALHOUB, Sidney. *Slaves, freedmen...*, op. cit. Ainda na década de 1930 a imprensa negra de São Paulo trazia notícias de clubes e organizações sociais monarquistas, como, por exemplo: Gentileza. *Progresso*, 24 de fevereiro de 1929, p. 2; D. Pedro Henrique. *Progresso*, 28 de setembro de 1930, p. 1. Quando a escola de samba Vai-Vai, hoje uma das mais importantes de São Paulo, foi organizada em 1930, optou por colocar uma coroa no centro da sua bandeira como homenagem à monarquia. Ver: Símbolos do samba, sem origem exata. *Folha de S. Paulo*, 20 de janeiro de 1985, p. 24. Arlindo Veiga dos Santos, o fundador da Frente Negra Brasileira, que este artigo examina mais adiante, foi um ardente monarquista que nos anos sessenta ainda editava um jornal bimestral intitulado *Monarquia*.
24. DRESCHER, Seymour. *Brazilian abolition in comparative perspective*. *Hispanic American Historical Review*, 68(3):460, 1988.
25. Cit. in CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras...*, op. cit., p. 21.
26. DENIS, Pierre. *Brazil...*, op. cit., p. 21-2. Ver também a descrição que Joseph Love faz da República como um altamente efetivo “arranjo para apoio mútuo de elites beneficiárias em todos os níveis de governo (...)”. De 1889 a 1930, a competição interpartidária era quase insignificante e geralmente inexistente.” LOVE, Joseph L. *São Paulo in the Brazilian federation, 1889-1937*. Stanford, 1980, xv e p. 139. Ver também FAUSTO, Boris. *Society and politics*. In: BETHELL, Leslie. *Brazil...*, op. cit., p. 265-79. Sobre os níveis extremamente baixos de comparecimento às urnas na República, geralmente entre 1% e 3% da população, ver LOVE, Joseph L. *Political participation in Brazil, 1881-1969*. *Luso-Brazilian Review*, 7(22):3-24, 1970; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...*, op. cit., p. 66-90.
27. Sobre os levantes rurais, ver CUNHA, Euclides da. *Rebellion in the backlands*. Chicago, 1944; LEVINE, Robert M. ‘Mud-Hut Jerusalem’: Canudos revisited. *Hispanic American Historical Review*, 68(3): 525-72, 1988; DIACON, Todd Alan. *Capitalists and fanatics: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Tese de doutorado não-publicada. Universidade de Wisconsin, 1987. Sobre a Revolta da Vacina, de 1904, no Rio de Janeiro, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...*, op. cit., p. 91-139; NEEDELL, Jeffrey D. *The Revolta contra Vacina of 1904: the revolt against ‘modernization’ in ‘Belle Epoque’ Rio de Janeiro*. *Hispanic American Historical Review*, 67(2): 223-70, 1987; MEADE, Teresa. ‘Civilizing Rio de Janeiro’: the public health campaign and the Rio of 1904. *Journal of Social History*, 20(2):301-22, 1986; Sobre a Revolta da Chibata, de 1910, na qual marinheiros negros no Rio de Janeiro rebelaram-se para protestar contra os castigos brutais da parte dos oficiais brancos, ver: BOMILCAR, Álvaro. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, 1916; FREYRE, Gilberto. *Order and Progress...*, op. cit., p. 400-2; HAHNER, June. *Poverty and politics...*, op. cit., p. 171-2.
28. Sobre o movimento operário durante esse período, ver FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, 1977; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil, 1889-1930*. Rio de Janeiro, 1979; e PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. (orgs.). *O movimento operário*. In: *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos*. São Paulo, 1979, vol. 1.
29. Sobre a Revolução de 1930, ver: FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo, 1970; e BARETTA, Silvio Duncan e MARKOFF, John. *The limits of the Brazilian Revolution of 1930*. *Review*, 9(3):413-52, 1986.
30. Sobre a campanha para europeizar e branquear o Brasil durante a República, ver: NEEDELL, Jeffrey D. *A tropical Belle Epoque: elite, culture and society in turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge e New York, 1987; SKIDMORE, Thomas. *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. New York, 1974. [VIANNA, F. J. Oliveira.] *Evolução da raça*. In: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, 1922, vol. 1, p. 312-44 (balanço altamente positivo, em 1920, do desenvolvimento da campanha).
31. Sobre a posição econômica dos trabalhadores negros nesse período, ver ANDREWS, George Reid. *Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928*. *Hispanic American Historical Review*, 68(3): 491-524, 1988; e ADAMO, Sam C. *The broken promise: race, health, and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940*. Tese de doutorado não-publicada. Universidade do Novo México, 1983.

32. ANDREWS, George Reid. Black and white workers..., *op. cit.*, p. 497-502. A situação era diferente no Rio de Janeiro, onde o menor tamanho da população imigrante e o maior número de não-brancos tornariam possíveis que afro-brasileiros assumissem papéis de liderança no movimento operário local. Ver HAHNER, June. *Poverty and politics...*, *op. cit.*, p. 98-102, 282-3; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano...*, *op. cit.*, p. 55; HARDMAN, Francisco Foot. Trabalhadores e negros no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 1982.
33. Sobre a imprensa negra, ver FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. São Paulo, 1986; *Imprensa negra*. São Paulo, 1984.
34. A esmola. *O Clarim da Alvorada*, 15 de novembro de 1925; O negro deve ser político?. *O Clarim da Alvorada*, 27 de outubro de 1929.
35. A história definitiva da Frente Negra está por ser escrita. Para relatos de suas atividades, ver FERNANDES, Florestan. *Integração do negro...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 29-87; MOURA, Clóvis. Organizações negras..., *op. cit.*, p. 154-7; MITCHELL, Michael. Racial consciousness..., *op. cit.*, p. 131-9; FERRARA, Miriam N. *Imprensa negra*, *op. cit.*, p. 62-77.
36. Movimento de arregimentação da raça negra no Brasil. *Diário de São Paulo*, 17 de setembro de 1931, p. 5; Depoimentos. *Cadernos Brasileiros*, nº 47 (1968), p. 21.
37. Frente única. *Progresso*, 15 de novembro de 1931, p. 3.
38. FERNANDES, Florestan. *Integração do negro...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 19; PUC-SÃO PAULO. Frente Negra Brasileira. Trabalho de pesquisa não-publicado. São Paulo, 1985, Anexo 3 (sem número de página); Movimento de arregimentação..., *op. cit.*, *Diário de São Paulo*, p. 5.
39. Apesar da retórica do governo provisório a respeito de ampliar a participação política, o número de eleitores como percentagem da população total na verdade declinou, entre as eleições de 1930 (sob a República) e de 1934, de 5,7% da população adulta para 5,5%. LOVE, Joseph L. Political participation..., *op. cit.*, p. 16.
40. A história política desse período é apresentada em LEVINE, Robert M. *The Vargas regime: the crucial years, 1934-1938*. New York, 1970.
41. O fundador da Frente, Arlindo Veiga dos Santos, atuou em diversas organizações protofascistas em São Paulo, anteriores ao estabelecimento do integralismo. Ver: TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, 2ª ed. São Paulo, 1979, p. 114, n. 72, 118, n. 85.
42. Citações de: Apelo à economia. *A Voz da Raça*, 28 de outubro de 1933, p. 1; A afirmação da raça. *A Voz da Raça*, 10 de junho de 1933, p. 1. Como Fernandes observa corretamente, o jornal da Frente, *A Voz da Raça*, ofereceu "farto material" em termos dessa linha. Ver FERNANDES, Florestan. *Integração do negro...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 49, n. 40.
43. Ver: A afirmação da raça; e Apreciando. *A Voz da Raça*, outubro de 1936, p. 1; para ensaios de Pedro Paulo Barbosa, ver: Apreciando; e O perigo vermelho. *A Voz da Raça*, novembro de 1936, p. 1.
44. Sobre o nativismo da classe média e seu apoio ao fascismo nos anos vinte e trinta, ver: TOPIK, Steven. Middle-class nationalism, 1889-1930. *Social Science Quarterly*, 59(1):93-103, 1978; TRINDADE, Hélio. *Integralismo...*, *op. cit.*, p. 130-49.
45. Todos os membros da liderança da Frente cujas profissões se pôde determinar eram profissionais liberais ou trabalhadores de escritório. Isso inclui Arlindo Veiga dos Santos (secretário), Raul Joviano Amaral (contador), Antônio Martins dos Santos (engenheiro), Francisco Lucrécio (dentista) e outros.
46. Sobre as dificuldades da organização em manter o apoio tanto da classe média quanto da classe operária, ver: Por acaso. *A Voz da Raça*, 31 de agosto de 1935, p. 4; Alvorada da Frente Negra, *A Voz da Raça*, julho de 1936, p. 2.

47. Sobre esses rachas no movimento, ver: MITCHELL, Michael. Racial consciousness..., *op. cit.*, p. 135-7. Sobre o Partido Socialista, ver: É o cdmulo. *A Voz da Raça*, 20 de janeiro de 1934; sobre o ataque ao jornal *Chibata*, adversário da Frente, ver: Foi empastelado o jornal 'Chibata'. *Diário Nacional*, 20 de março de 1932, p. 8; O empastelamento d'A Chibata'. *Diário Nacional*, 22 de março de 1932.
48. O negro em face da situação atual. *A Voz da Raça*, novembro de 1937, p. 1.
49. FERNANDES, Florestan. *Integração do negro...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 88-115.
50. Ver, por exemplo: Advertência. *Senzala*, janeiro de 1946, p. 14 e 28; Problemas e aspirações. *Diário Trabalhista*, 12 de julho de 1946, p. 4; Nem tudo que reluz é ouro. *Alvorada*, abril de 1946, p. 4.
51. O sistema de relações trabalhistas de Vargas é examinado em ERICKSON, Kenneth Paul. *The Brazilian corporative state and working-class politics*. Berkeley, 1977. Sobre como esse sistema funcionou na prática em São Paulo, ver FRENCH, John D. Industrial workers..., *op. cit.*
52. À altura de 1950, os afro-brasileiros compreendiam 11,3% da força do trabalho industrial de São Paulo, número praticamente idêntico à sua representação de 11,2% na população como um todo. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo demográfico: Estado de São Paulo, 1950*. Rio de Janeiro, 1954, p. 30.
53. O PSP, por exemplo, mantinha laços estreitos com o jornal *O Novo Horizonte*; ver: Mensagem aos negros (setembro de 1954, p. 5) e numerosos outros artigos nos números anteriores às eleições de 1954. O Partido Socialista Brasileiro, de menor porte, tinha relação semelhante com *Mundo Novo*. Sobre o apoio negro a Getúlio Vargas e ao PTB durante esse período, ver: SOUZA, Amaury de. Raça e política..., *op. cit.*
54. Sobre as atividades da associação, ver seu jornal mensal, *O Mutirão*, que começou a ser publicado no 70º aniversário da abolição, em maio de 1958. Ver também: MOURA, Clóvis. Organizações negras..., *op. cit.*, p. 157-9; e ainda: Embora perto (e às vezes junto), o negro está muito longe do branco. *Última Hora*, 17 de outubro de 1973.
55. KURIAN, George Thomas. *The new book of world rankings*. New York, 1984, p. 199.
56. KECK, Margaret. The new unionism the Brazilian transition. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York, 1987, tabela 3, p. 270. Sobre o achatamento salarial dos anos setenta, ver também: WOOD, Charles H. e CARVALHO, José Alberto Magno de. *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge e New York, 1988, p. 104-24.
57. Essas descobertas são apresentadas por OLIVEIRA, Francisca Lafde de et al. Aspectos da situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil. Relatório interno do IBGE, 1981; HASENBALG, Carlos. 1976 - As desigualdades revisitadas, e SILVA, Nelson do Valle. Cor e o processo de realização sócio-econômica, ambos in *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos, Ciências Sociais Hoje*, vol. 2 (1983), também publicados em inglês in FONTAINE, Pierre-Michel. *Race, class and power...*, *op. cit.*; OLIVEIRA, Lucia Helena Garcia de et al., *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, 1985. Para estudos que extraem conclusões semelhantes dos censos de 1960 e 1980, ver SILVA, Nelson do Valle. Black-white income differentials: Brazil, 1960. Tese de doutorado não-publicada. Universidade de Michigan, 1978; e LOWELL, Peggy A. Racial inequality and the Brazilian labor market. Tese de doutorado não-publicada. Universidade da Flórida, 1989. O contingente de afro-brasileiros com diplomas de segundo grau e universitários em São Paulo aumentou substancialmente entre 1950 e 1980, de 3.898 para 101.148. Em 1950, apenas 0,3% dos afro-brasileiros de São Paulo tinham diploma de segundo grau e 0,03%, universitário; em 1980, 1,5% da população negra do Estado tinha diploma de segundo grau e outro 0,7% completara um ou mais anos de estudos universitários. Entre a população branca em 1980, 5,4% tinham diploma de segundo grau e outros 5,1% haviam completado um ou mais anos de estudos universitários. Ver: IBGE. *Censo demográfico: São Paulo, 1950*, tabela 20, p. 24; IBGE. *Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - São Paulo, 1980*. Rio de Janeiro, 1982, tabela 1.5, p. 12-13.
58. SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira (manuscrito inédito), 1985; MITCHELL, MICHAEL. Blacks and the 'abertura democrática'. Sobre o Movimento Negro Unificado em particular,

ver: GONZALEZ, Lélia. The Unified Black Movement: a new stage in black political mobilization. In: FONTAINE, Pierre-Michel. *Race, class and power...*, op. cit., p. 120-34; Negro: a luta continua. *Cadernos do CEAS*, nº 72, março-abril de 1981, p. 18-28; MNU (Movimento Negro Unificado): *Programa de ação*. Campinas, 1984.

Para exemplos da literatura e das análises produzidas por ativistas e intelectuais ligados ao movimento negro, ver: NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, 1978, e *Quilombismo*. Petrópolis, 1980; MOURA, Clóvis. *O negro... e Sociologia do negro...*, op. cit.; SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo, 1980; CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. São Paulo, 1985; Quilombhoje, *Reflexões*. São Paulo, 1985; COLINA, Paulo (org.). *Axé - Antologia contemporânea da poesia negra brasileira*. São Paulo, 1982; e o anuário literário *Cadernos Negros*. São Paulo, 1978.

59. Para um exame dos problemas experimentados pelos militantes de classe média ao lidar com negros pobres e da classe trabalhadora, ver: Avaliando nosso movimento. In: GRUPO NEGRO DA PUC. *Boletim 3 - A luta continua*. São Paulo, 1984, p. 16-26. Para dados de um levantamento sobre as atitudes dos eleitores negros, por educação e nível de renda, em relação ao movimento negro, ver VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982*. São Paulo, 1986, p. 125-43.

60. Duas estimativas distintas indicam que havia de 200 a 250 organizações desse tipo no Brasil em 1984. SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro..., op. cit., p. 1; MENDES, Candido. O quilombo urbano pede passagem. *Folha de S. Paulo*, 6 de agosto de 1984, p. 3. Um estudo realizado em 1986 e 1987 descobriu 343 organizações desse tipo em todo o Brasil: 138 em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Gerais, 27 na Bahia e o restante espalhado pelo país. DAMASCENO, Caetana et al. Catálogo de entidades de movimento negro no Brasil. *Comunicações Iser*, nº 29, 1988.

61. PEREIRA, João Baptista Borges. Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo. *Ciência e Cultura*, 34(10):1.286-94, 1982; e Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*, (24):53-61, 1982; VALENTE, Ana Lúcia E. P. *Política e relações raciais...*, op. cit.

62. *Diário Oficial, Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1984.

63. Acontecimentos semelhantes tiveram lugar no Rio de Janeiro, onde o governador Leonel Brizola, que na campanha apresentara como plataforma o "socialismo moreno", nomeou três afro-brasileiros para o seu secretariado (os secretários do Trabalho e Habitação, Polícia Militar e Bem-Estar Social - todas áreas de particular interesse para seu eleitorado afro-brasileiro) e tomou uma série de iniciativas destinadas a beneficiar a população pobre do estado, em grande parte negra. Sobre o apoio afro-brasileiro a Brizola e seu partido, o PDT, ver: SOARES, Gláucio A. D. e SILVA, Nelson do Valle. Urbanization, race, and class..., op. cit.

64. Ver, por exemplo, as críticas relatadas em: Conselho busca adesões e apoio. *Diário do Grande ABC*, Caderno C, 24 de novembro de 1985.

65. Sobre as atividades do conselho e de outras agências negras, ver *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*.

66. SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO. Entrevistas, grupo de orientação e interferência em situações de discriminação racial no trabalho. Maio-junho de 1988; *Salve o 13 de Maio?* São Paulo, 1988.

67. COMISSÃO DOS RELIGIOSOS, SEMINARISTAS E PADRES NEGROS - Rio de Janeiro. *Ouví o clamor deste povo... negro!* Petrópolis, 1988.

68. Vêm af cem anos de ebulição. *A Gazeta*, 13 de maio de 1988, p. 13.

69. Cem anos, sem quase nada. *IstoÉ*, 20 de abril de 1988, p. 30; Na segunda classe. *Veja*, 11 de maio de 1988, p. 22.

70. Another myth bites the dust. *The Brazilians*, maio-junho de 1988, p. 2. Ver também: Cem anos depois. *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 1988, p. 2; Cem anos de solidão. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 8 de maio de 1988; Brasil: os negros, hoje. *Manchete*, 21 de maio de 1988, p. 4-9.

71. Movimento negro avalia sua importância. *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 1984; ver também: Avaliando nosso movimento, p. 16. Mesmo um observador simpático descreve a orientação ideológica do MNU como "notoriamente rígida". SANTOS, Joel Rufino dos. IPCN e Cacique de Ramos: dois exemplos de movimento negro na cidade do Rio de Janeiro. *Comunicações do Iser*, 7(28):6, 1988.

72. No rastro de Zumbi. *IstoÉ*, 20 de abril de 1988, p. 42.

73. O país muda e os movimentos sociais perdem muitos adeptos. *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 1984; MAINWARING, Scott. Grassroots popular movements and the struggle for democracy: Nova Iguaçu. In: STEPAN, Alfred. *Democratizing Brazil...*, op. cit., p. 168-204.

74. FONTES, Alice Aguiar de Barros. A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes, 1882-1888. Tese de mestrado não-publicada. Universidade de São Paulo, 1976.

75. Sobre a "burguesia negra" de São Paulo no início deste século, ver: ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites...*, op. cit., p. 129-43.

76. Essa generalização aplica-se ao Sul dos Estados Unidos e igualmente à África do Sul, onde uma combinação de injustiça racial altamente visível, sob a forma de segregação, com regimes políticos excluintes acabou produzindo mobilizações raciais de massa em oposição ao status quo.

77. Embora, para tomar de empréstimo uma caracterização do caso de certa forma análogo do feminismo brasileiro, "dispersão, em vez de desaparecimento, seria um modo mais preciso de descrever o estado desse movimento no final dos 80". ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Princeton, 1990, p. 228. Numerosas organizações continuaram existindo (ver nota 60) e algumas estavam sendo criadas, como o SOS Racismo no Rio de Janeiro.

SUMMARY

Black political protest in São Paulo - 1888-1988

This essay compares four historical moments of black political mobilization in the state of São Paulo: the struggle for the final abolition of slavery in the 1880s; the rise and fall of the Frente Negra Brasileira in the 1930s; the black organizations of the Second Republic; and the most recent wave of black protest, from the mid-1970s through 1988. In each case, the essay examines the form of organization through which black protest took place, and the relationship between those organizational strategies and the character of the political regime in power at the national level.

The essay concludes that the Afro-Brazilian movements which have had the greatest political impacts

have been those which developed under exclusionary regimes: the late monarchy, and the military dictatorship of 1964-1985. Inclusionary regimes, such as the provisional government of 1930-1937, and the Second and Third Republics (1946-1964, 1985- ...), afforded Afro-Brazilians greater freedom and opportunity to organize. But by admitting black people to populist and labor-based organizations, they simultaneously reduced the impulse toward mobilization along racial lines. Thus periods of political openness tend to be periods in which Afro-Brazilian movements have been relatively less effective in winning public support and achieving their programmatic goals.

RÉSUMÉ

Les manifestations politiques noires a São Paulo: 1888-1988

Cet essai compare quatre moments historiques de la mobilisation politique noire dans l'état de São Paulo: le combat pour l'abolition finale de l'esclavage au cours des années 80 du siècle dernier; le soulève-

ment et la chute de la Frente Negra Brasileira, dans les années 30 de notre siècle; les organisations noires de la Deuxième République et, plus récemment, la vague de manifestations noires qui s'est étendue de la moitié